

Comissão estuda mudanças na legislação para conter a corrupção no País

por Mariana Monteiro
de Brasília

A Comissão contra a Impunidade está discutindo propostas de mudanças na legislação sobre crimes públicos. A comissão, que se reuniu pela sexta vez, é formada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Octávio Gallotti, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Átila, pelo procurador geral da República, Aristides Junqueira, além do presidente da República, Itamar Franco. O presidente Itamar foi representado pelo líder do governo no Senado, senador Pedro Simon. O ministro da Justiça Maurício Corrêa, sugeriu alterações na atual lei de inelegibilidade, estendendo a inelegibilidade para políticos que tenham sido condenados apenas uma vez que o processo tenha transitado em julgado.

Segundo a proposta, o candidato cujas contas já tiverem sido consideradas irregulares pelo TCU, em algum cargo público que tenha ocupado, já poderá ser impedido de concorrer a outro cargo público. O mesmo valeria para instâncias do Poder Judiciário em que o político ainda estivesse recorrendo de sentenças condenatórias.

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), propõe uma nova interpretação para o dispositivo constitucional que prevê a imunidade parlamentar. Segundo ele, a imunidade deve ser entendida como uma prerrogativa parlamentar, ou seja, que se refira a atos do deputado ou senador enquanto parlamentar, no exercício de suas funções. Um assassinato ou o tráfico de drogas cometidos por parlamentares, por exemplo, não precisaria de licença especial da Câmara dos Deputados para que fossem julgados pelo STF.

A reunião da última

sexta-feira foi marcada pela preocupação de todos os membros da Comissão em adotar medidas mais duras no combate à corrupção. "É necessário um esforço de autocritica de todos os poderes", disse duramente o presidente do TCU, ministro Carlos Átila, para logo em seguida admitir a necessidade de mudança na forma de escolha dos ministros do Tribunal. Atualmente, os ministros do TCU são indicados. Pela proposta de Átila, eles teriam que ser escolhidos por concurso público.

Átila propôs, ainda a criação de um sistema de auto-execução das decisões do TCU em que os próprios auditores do tribunal ficariam responsáveis pela fiscalização do cumprimento das determinações dos ministros.

A criação de um órgão de controle interno dos ministérios diretamente subordinado ao Presidente da República, foi outra proposta discutida pela Comissão com o intuito de aumentar a eficácia do sistema de fiscalização do governo. O ministro Maurício Corrêa defendeu ainda a efetivação de uma Ouvidoria Geral da República fixa. A que funciona há alguns meses no Ministério da Justiça provisoriamente já recebeu cerca de 800 denúncias de irregularidades.

Preocupado com as denúncias de corrupção que assolam o Congresso Nacional, o presidente Itamar Franco convidou, na sexta-feira, por meio de Maurício Corrêa e Pedro Simon, o membros da Comissão para uma reunião no Palácio da Alvorada, na próxima semana onde seriam apresentadas a ele as propostas feitas na reunião.

Entre os projetos de lei que já foram para o Congresso Nacional, elaborados a partir das reuniões da Comissão, estão o que regulamenta a escuta telefônica, restringindo o sigilo telefônico, o que limita o sigilo bancário e o sigilo nas telecomunicações, o que inclui quebra dos sigilos telefônicos e de telex.